



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

**ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
010/2013, PROPOSTA PELA EMPRESA ALLIANZ SEGUROS S/A**

Trata o presente, de análise e julgamento da IMPUGNAÇÃO ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2013, o qual tem por objeto a contratação de Sociedade Seguradora, com registro válido e atualizado na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para a cobertura de Seguro Aeronáutico de CASCO (Integral), LUC (Limite Único Combinado) e RETA (Responsabilidade Civil) para a Frota de Helicópteros do Governo do Estado do Rio de Janeiro, alocados na Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas da Subsecretaria Militar do Estado do Rio de Janeiro - SAOA/SSMCC e Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – GAM/PMERJ, proposta pela empresa ALLIANZ SEGUROS S/A, através de sua representante PATRÍCIA BRASIL REIS.

A fim de proporcionar transparência ao presente certame, procurando esclarecer os critérios da Administração para o estabelecimento das exigências contidas na presente licitação, passo a informar:

1 – DAS ALEGAÇÕES

A empresa ALLIANZ SEGUROS S/A, através de sua representante PATRÍCIA BRASIL REIS, alega que o Edital do Pregão nº 003/2011, deixa de apresentar vários itens imprescindíveis para a correta análise do risco proposto, exigência de documentos além do estipulado por lei violando diretamente ao



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

art. 30 da Lei nº 8.666/93, acarretando assim, a limitação do universo de possíveis participantes e capacitados competidores, obstando a busca da proposta mais vantajosa, além de carecer de uma definição precisa e suficiente do objeto licitado.

Objetivando sanar tais óbices, a empresa postulante solicita a revisão e alteração de exigências de qualificação técnica constantes do Edital e que seja determinada nova data para a reabertura do certame, mediante o pedido de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2013.

2 – DOS ITENS IMPUGNADOS PELA EMPRESA ALLIANZ SEGUROS S/A

A empresa postulante, entende que as exigências contidas nos subitens abaixo relacionados criam óbice à própria realização da disputa, razão pela qual solicita alterações nos mesmos:

2.1 EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2013 – item 13- DA HABILITAÇÃO

13.5 Qualificação Técnica

b) **Atestado de Capacidade Técnica** de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que comprove prestação de serviço de seguro aeronáutico na modalidade **CASCO, LUC e RETA**, através de contratação



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

concomitante, emitido por pessoa de direito público ou privado, comprovando a prestação satisfatória de serviços.

.....

d) Comprovação de realização de resseguro junto à empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a atuar no Brasil, onde fique claro estar a licitante com o resseguro realizado junto à instituição, com vistas à capacidade técnica e apoio de cobertura para o objeto constante do presente Edital.

3 - DEMAIS PEDIDOS

Além dos dispositivos acima citados a empresa postulante, alega ainda, a ausência de informações imprescindíveis para a precificação do seguro, razão pela qual solicita ainda:

a) Em caso de sinistro opções de indenização ao segurado, conforme item 6, alíneas a,b e c, do manual aeronáutico;

b) Nome e endereço dos hangares e outras informações acerca destes;

c) Data de nascimento, CPF e horas voadas nos últimos doze meses de todos os pilotos das aeronaves a serem cobertas pelo seguro, objeto do certame, por modelo/tipo de aeronaves;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

- d) Informação acerca dos voos, a saber, se estes são realizados com duplo comando, ou caso contrário, em que condições as aeronaves voam com apenas um piloto;**
- e) Treinamentos realizados em simulador ou prático, nos dois últimos anos;**
- f) Critérios para promoção à comandante dos pilotos com mais de 500 horas de experiência;**
- g) Informação sobre equipamentos de proteção individual utilizados pelos pilotos;**
- h) Informação sobre o registro de treinamentos e missões em livros próprios e disponibilidade destes às seguradoras;**
- i) Informação sobre a existência de plano de prevenção de acidentes aeronáuticos, bem como check-list para mecânicos, tripulantes e pilotos das corporações envolvidas;**
- j) Correção do prefixo da aeronave PR-SES, no sub item nº 9.7.2 do edital e no anexo i ao termo de referência.**

4 - DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO PROPOSTA PELA EMPRESA ALLIANZ SEGUROS S/A



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

4.1 – ANÁLISE PRELIMINAR

A empresa ALLIANZ SEGUROS S/A, preliminarmente em suas alegações sustenta que o Edital do Pregão nº 003/2011, deixa de apresentar vários itens imprescindíveis para a correta análise do risco proposto, razão pela qual elenca um rol de solicitações de informações alusivas ao certame, que julga essenciais à elaboração da proposta de preços por parte da empresa.

Nesta senda cumpre ressaltar que o Edital, assim como seus anexos, buscam fornecer com a maior abrangência possível todas as informações necessárias à correta identificação do objeto licitado por parte das empresas licitantes, fornecendo de forma clara e suficiente a descrição completa das aeronaves e tudo o mais que preencha o universo referente à licitação proposta.

Para tanto integram o Edital, o respectivo Termo de Referência e seus anexos, assim denominados:

ANEXO I – Especificação Técnica das Aeronaves

Através deste documento a Administração disponibilizou aos licitantes as informações individuais, alusivas à cada aeronave, a ser coberta pelo seguro, bem como outras julgadas necessárias, tais como: prefixo, fabricante, modelo, nº de série, certificado, ano de fabricação, peso máximo de decolagem, nº de passageiros, tripulantes, utilização, empresa que presta manutenção, validade da IAM, estimativa de voo mensal, horas totais da aeronave, IS casco + acess., IS RETA, IS aditivo B LUC, sinistro nos últimos



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

cinco anos, área de operação, perímetro de cobertura, franquia, cotação do dólar, dentre outros.

Anexo II – Relação dos Pilotos com mais de 500 horas de voo

Este anexo disponibiliza aos licitantes, a relação nominal de todos os pilotos, lotados nos órgãos operadores das aeronaves a serem cobertas pelo seguro, objeto do presente certame, a saber: SAOA/SSMCC, GAM/PMERJ, GOA/CBMERJ e SAER/PCERJ, com mais de 500 horas de voo, portanto, aptos a pilotarem as aeronaves dentro de seus respectivos órgãos de lotação, além de suas respectivas horas de voo e outras informações pertinentes .

Anexo III – Relação de Sinistralidade da Frota

Através da elaboração de tal documento, a Administração buscou informar aos licitantes a relação de sinistros envolvendo as aeronaves que integravam a frota pertencente ao Governo do Estado nos últimos 05 anos, de forma à garantir uma melhor avaliação do risco envolvido por parte das empresas interessadas.

Além do Termo de Referência e seus anexos mencionados existem referências claras e objetivas do objeto licitado no corpo do Edital, bem como reiteradamente no Proposta Detalhe, anexo 2 ao mesmo.

Desta forma entende a Administração que a alegação de falta no Edital do certame, de informações suficientes à elaboração da Proposta por parte da empresa recorrente para a elaboração de proposta por parte da mesma não



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

encontra qualquer respaldo, por entender a Administração que as informações disponibilizadas suprem plenamente as necessidades dos licitantes interessados, com vistas à precificação do seguro por parte destes.

Dando continuidade ao pleito formulado a empresa postulante alega a exigência de documentos de qualificação técnica, além do estipulado por lei violando diretamente ao art. 30 da Lei nº 8.666/93, acarretando assim, a limitação do universo de possíveis participantes e capacitados competidores, obstando a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

É de vital importância, no trato da coisa pública, a permanente perseguição ao binômio qualidade e eficiência, objetivando não só garantir a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, em especial em se tratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção a lei, mas que busquem resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa.

Diante de tal assertiva, cumpre destacar a interpretação do ilustre de jurista Marçal Justen Filho, acerca do dispositivo mencionado:

"Enfim, lei proibindo providências necessárias a salvaguardar o interesse público seria inconstitucional. Se exigências de capacitação técnico-operacional são indispensáveis para salvaguardar o interesse público, o dispositivo que as proibisse



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

seria incompatível com o princípio da supremacia do interesse público.” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14º Ed, São Paulo: Dialética, 2010, p. 438)

Com sapiência, o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles ensina:

“A comprovação da capacidade técnico-operacional continua sendo exigível não obstante o veto oposto à letra b do §1º do art. 30. Na verdade, do dispositivo impunha limitações a essa exigência, e sua retirada do texto legal deixou a critério da entidade licitante estabelecer, em cada caso, as exigências indispensáveis à garantia das obrigações.” (in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 151)

Nesta senda, portanto, não podemos fazer apenas interpretações literais, acerca do mandamento constante do art. 30 da Lei nº 8.666/93, compreendendo-o de maneira restritiva, vilipendiando, assim, a proteção do interesse público envolvido. A ausência de menção expressa no artigo 30 da Lei 8666/93 quanto à capacidade técnico operacional não significa sua vedação.

4.2 DOS ITENS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA IMPUGNADOS

4.2.1 EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2013 -13- DA HABILITAÇÃO -13.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - LETRA B e LETRA D



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

A Administração buscou, mediante a imposição dos requisitos de habilitação técnica, constantes do Edital, viabilizar a contratação de sociedade seguradora com expertise no mercado segurador e comprovada experiência no ramo de seguro aeronáutico, além de garantir que esta esteja em perfeita regularidade perante à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP (órgão do governo brasileiro responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro), bem como garantir que o resseguro, necessário ao tipo de objeto a ser cumprido, seja contratado pela sociedade seguradora que sagrar-se vencedora do certame.

Tais exigências pretendem, portanto, tão somente, resguardar a Administração, buscando no mercado uma empresa à altura da demanda proposta, sendo que tal característica poderá ser melhor avaliada mediante a demonstração de experiência comprovada, regularidade junto à SUSEP e comprovação do resseguro necessário ao cumprimento das obrigações contratuais, evitando-se assim, a contratação de empresas que não detenham condições técnicas de cumprir adequadamente o objeto do certame.

A Administração, de forma alguma, busca frustrar o caráter competitivo do certame, mas sim, garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando que o maior número possível de concorrentes deste participem, desde que tenham a qualificação necessária para garantir o cumprimento das obrigações.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

Analisando acuradamente o pleito formulado pela empresa postulante, entretanto, a Administração, visando ampliar a competitividade do certame, e evitar a restrição de empresas interessadas, julgou viável a alteração dos dispositivos a seguir mencionados, ressaltando que a empresa vencedora da licitação terá que comprovar, de forma incontestável possuir todos os requisitos de habilitação constantes do Edital.

Desta forma, os requisitos de habilitação técnica constantes das letras b e d, do subitem 13.5 do Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2013, passaram a vigor com as seguintes redações, conforme o constante das ERRATAS V e VI, já disponibilizadas no sistema eletrônico.

13-DA HABILITAÇÃO
.....

13.5 Qualificação Técnica
.....

b) **Atestado de Capacidade Técnica** de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que comprove prestação de serviço de seguro aeronáutico na modalidade **CASCO, LUC e RETA**, emitido por pessoa de direito público ou privado, comprovando a prestação satisfatória de serviços.

d) Comprovação de realização de resseguro junto à empresa autorizada pela Superintendência de Seguros



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

Privados – SUSEP, a atuar no Brasil, onde fique claro estar a licitante com o resseguro realizado junto à instituição, com vistas à capacidade técnica e apoio de cobertura para o objeto constante do presente Edital, o qual deverá ser apresentado quando da assinatura do Contrato.

Desta forma a Administração, passa a admitir que a comprovação da capacidade técnica referente à apresentação do Atestado de Capacidade Técnica que comprove prestação de serviço de seguro aeronáutico na modalidade **CASCO, LUC e RETA** seja demonstrada em atestados distintos.

Quanto à apresentação de comprovação de realização do resseguro admitiu a Administração ampliar o prazo para apresentação desta, estendendo-o até a assinatura do Contrato e não mais na fase habilitatória.

4.3 DOS DEMAIS PEDIDOS

4.3.1 – CASO DE SINISTRO – OPÇÕES DE INDENIZAÇÃO AO SEGURADO

A empresa pleiteia a inclusão de item que trata da forma de pagamento/indenização à Subsecretaria Militar, em caso de sinistro, conforme Manual de Seguros Aeronáuticos, página 13, no Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

Quanto à presente solicitação, cumpre esclarecer que a Administração entende que a inclusão de item referente à forma de indenização em caso de sinistro é desnecessária pois cabe à empresa contratada fazer constar da apólice respectiva as opções de indenização a serem implementadas em caso de sinistro e não a parte contratante especificá-las em item próprio, pois se assim entendesse, teria que estabelecer detalhadamente no Edital todas as demais obrigações legais da contratada, bem como detalhes alusivos à prestação do seguro, já obrigatoriamente constantes do teor da apólice a ser expedida pela empresa contratada.

4.3.2 – NOME E ENDEREÇO DOS HANGARES E OUTRAS INFORMAÇÕES ACERCA DESTES.

Mediante tal solicitação a empresa postulante solicita seja informado os nomes e endereços dos hangares, se são próprios, cobertos, e se as aeronaves do Estado ficam hangaradas com aeronaves pertencentes a outros proprietários.

Em atendimento à solicitação, seguem abaixo as informações postuladas:

- HANGAR DO GRUPAMENTO AEROMÓVEL DA PMERJ – GAM/PMERJ

Rua Feliciano Sodré , nº 273, Centro, Niterói – RJ

- HANGAR DA SUBSECRETARIA ADJUNTA DE OPERAÇÕES AÉREAS –
SAOA/SSMCC e SAER/PCERJ

Av. Borges de Medeiros, nº 1.444, Lagoa – Rio de Janeiro – RJ



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

- HANGAR DO GOA/PCERJ

Av. Ayrton Senna, nº 2.541, Hangar 79, Aeroporto de Jacarepaguá, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ

Todos os hangares citados são próprios e cobertos e em nenhum dos estabelecimentos citados são hangaradas aeronaves de outros proprietários.

4.3.3 – DATA DE NASCIMENTO, CPF E HORAS VOADAS NOS DOZE MESES DE TODOS OS PILOTOS, POR MODELO/TIPO DE AERONAVES

Em atenção a presente solicitação entende a Administração tratarem-se de dados de natureza pessoal dos pilotos lotados nos órgãos envolvidos e dispensáveis à formulação das propostas de preços dos licitantes.

Cumprindo ressaltar, que as informações sobre os pilotos com mais de 500 horas de vôo, aptos a pilotar as aeronaves envolvidas, julgadas relevantes à formulação das propostas pelos interessados na licitação, integram o Anexo II ao Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2013.

4.3.4 – INFORMAR SE TODOS OS VOOS SÃO REALIZADOS COM DUPLO COMANDO, E EM QUE CONDIÇÕES VOAM APENAS UM PILOTO.

SAOA/SSMCC – Adota a conduta de compor a tripulação com dois pilotos, embora a ANAC autorize as aeronaves a operarem com apenas um piloto, sendo que tal conduta só é adotada em situações excepcionais;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

GOA/CBMERJ – Voos de salvamento são realizados com duplo comando, piloto e copiloto, porém voos aeromédicos são realizados por apenas um piloto;

SAER/PCERJ – Os voos são realizados com duplo comando, exceto quando em apoio ao CBMERJ, nos voos de salvamento em altura e salvamento no mar;

GAM/PMERJ – Todos os voos são realizados com piloto e copiloto. Em voos de manutenção e traslado os voos são preferencialmente realizados por piloto e copiloto, sendo possível, de acordo com o Certificado de Aeronavegabilidade que apenas um piloto conduza a aeronave.

4.3.5 - TREINAMENTOS REALIZADOS EM SIMULADOR OU PRÁTICO, NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS.

SAOA/SSMCC – Dispõe de Programa de Treinamento, com cursos certificados pela ANAC, para manter a proficiência requerida pela legislação aeronáutica aplicável ao tipo de operação, bem como, assegurar que cada piloto seja adequadamente treinado e qualificado para uma determinada função e tipo de aeronave. Os treinamentos são realizados tanto nas aeronaves quanto em simuladores de voo.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

GOA/CBMERJ – Levando em consideração o lapso temporal de dois anos, informamos que todos os pilotos do Grupamento de Operações Aéreas realizaram pelo menos uma vez o treinamento prático de emergência na EFAI – Escola de Pilotagem, situada à Rua Hibisco nº 210 – C – Campina Verde, Contagem –MG – CEP: 32.150-210. Informou ainda, que existe contrato vigente entre o CBMERJ e a referida escola de pilotagem, para todos os pilotos do Grupamento possam refazer o treinamento de emergência no ano de 2014.

SAER/PCERJ – Não foram realizados treinamentos pela empresa certificadora nos dois últimos anos.

GAM/PMERJ – Foram realizados os seguintes cursos nos dois últimos anos:

-Treinamento de Emergências AS 350, em Janeiro de 2012, Contagem – MG, EFAI – Escola de Pilotagem, para dois pilotos;

- SGSO – MARÇO DE 2013, Rio de Janeiro – RJ, ANAC, para dois pilotos;

- SGSO – MAIO DE 2013, São Pedro da Aldeia– RJ, Marinha do Brasil, para um piloto.

Informou ainda, que anualmente, quando do recheque do tipo AS 350, a ESAV realiza treinamento de emergências com todos os pilotos.

**4.3.6 – CRITÉRIOS PARA PROMOÇÃO À COMANDANTE DOS PILOTOS
COM MAIS DE 500 HORAS DE EXPERIÊNCIA**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

Todos os pilotos são avaliados pelo Conselho Operacional de voo dos respectivos órgãos para obterem a promoção.

4.3.7 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL UTILIZADOS PELOS PILOTOS

SAOA/SSMCC – Os pilotos não utilizam equipamentos de proteção individual, além do protetor auricular, em razão da natureza administrativa da sua missão.

GOA/CBMERJ – Os pilotos não utilizam tais equipamentos, porém encontra-se em curso processo licitatório para sua aquisição.

SAER/PCERJ – Todos os pilotos dispõe de macacão e luva anti-chamas, capacete, bota e protetor auricular.

GAM/PMERJ – São utilizados macacões anti-chamas, capacetes, coletes à prova de balas, headphones de aviação, protetores auriculares, luvas, óculos de proteção, entre outros.

4.3.8 – REGISTRO DE TREINAMENTOS E MISSÕES EM LIVROS PRÓPRIOS E DISPONIBILIDADE DESTES ÀS SEGURADORAS



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

SAOA/SSMCC – Todos os treinamentos a que são submetidos os pilotos, bem como informações relacionadas aos voos realizados pelas aeronaves são registrados em livros próprios e estão disponíveis para consulta.

GOA/CBMERJ – Os treinamentos são executados conforme ordem de serviço emitida pela Seção Operacional do Grupamento, já as missões são registradas no diário de bordo das aeronaves e ainda em documentação própria de registro de eventos da unidade, estando disponíveis à consulta.

SAER/PCERJ – Os registros são realizados em livros próprios da unidade e encontram-se disponíveis à seguradora.

GAM/PMERJ – Os treinamentos são registrados nas fichas dos pilotos, arquivadas na Escola de Aviação da PMERJ – ESAV. O registro de missões fica arquivado na seção de Operações. Ambos os registros estão disponíveis para consulta.

4.3.9 – EXISTÊNCIA DE PLANO DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS, BEM COMO CHECK-LIST PARA MECÂNICOS, TRIPULANTES E PILOTOS DAS CORPORAÇÕES ENVOLVIDAS

SAOA/SSMCC – Dispõe de Plano de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, bem como check-list para mecânicos, tripulantes e pilotos.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

GOA/CBMERJ – Informou que tendo em vista a Resolução nº 106 de 30 de julho de 2009 da Agência Nacional de Aviação Civil, não mais aplica o PPAA aos operadores regidos pelo RBAC 91 subparte K, sendo atualmente adotado o MGSO, o qual o Grupamento já possui, encontrando-se o mesmo junto a referida Agência reguladora para apreciação.

Informou possuir check-list apenas para os pilotos.

SAER/PCERJ – Informou que o plano de prevenção de acidentes aeronáuticos (PPAA) está em processo de desenvolvimento.

GAM/PMERJ – O PPAA do Grupamento foi substituído pelo Manual Geral de Segurança Operacional, MGSO, aprovado pela ANAC.

Informou possuir check-list para pilotos, mecânicos e tripulantes.

4.3.10 CORREÇÃO DO PREFIXO DA AERONAVE PR-SES, NO SUB ITEM Nº 9.7.2 DO EDITAL E NO ANEXO I AO TERMO DE REFRÊNCIA.

Tal solicitação foi objeto das ERRATAS V E VII, inseridas no sistema, restando claro que os dados corretos da aeronave são:

PREFIXO: PP-SES;

FABRICANTE: Eurocopter France



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

5 – DA CONCLUSÃO

A contratação de seguro aeronáutico, objeto do Pregão Eletrônico em questão, por tratar-se de uma licitação de grande vulto, em razão do seu valor estimado e da sua complexidade, merece atenção especial, particularmente no que tange à estipulação de seus requisitos técnicos.

A Administração, ao estabelecê-los, de forma alguma buscou frustrar o caráter competitivo do certame, mas ao contrário, garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando que o maior número possível de concorrentes deste participem, desde que atendam plenamente aos requisitos de habilitação dispostos no Edital, de forma a garantir o cumprimento das obrigações contratuais.

Desta forma, o Edital e seus anexos foram criteriosamente elaborados de forma a resguardar a Administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa.

Com relação à alegação da postulante, referente à falta no Edital de vários itens imprescindíveis para a correta análise do risco proposto e conseqüente elaboração da proposta pelas empresas interessadas, cumpre reiterar que a Administração buscou de forma clara e objetiva fornecer através do Edital e seus anexos todas as informações necessárias à participação do maior número de interessados, bem como possibilitar a formulação adequada das propostas de preços por parte destes.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

Entende a Administração, que o rol de informações solicitadas pela empresa ALLIANZ SEGUROS S/A (itens nº 3.3.1 à 3.3.9 deste documento), são complementares à precificação do seguro a ser cotado, logo, não necessitam obrigatoriamente integrar o Edital e seus anexos.

Quanto à alteração dos dispositivos do Edital referentes à qualificação técnica, solicitados pela empresa, entendeu a Administração, após acurada análise, que o atendimento do pleito, da forma proposta não traria prejuízos ao certame, podendo inclusive contribuir com a ampliação de sua competitividade, razão pela qual as alterações foram implementadas, na forma constante das Erratas V e VI.

Cumprе ressaltar, no tocante à exigência constante do subitem 13.5, letra d, do Edital, que o prazo para a apresentação de tal documento foi estendido até a assinatura do contrato, porém o seu cumprimento deverá atender expressamente à descrição contida no dispositivo citado.

Assim, entende a Administração que foram fornecidas todas as informações solicitadas pela empresa ALLIANZ SEGUROS S/A, apesar de entender, que estas não possuem caráter essencial à formulação das propostas e de forma alguma limitam o caráter competitivo do certame, razão pela qual o Edital não será alterado com vistas à inclusão destas.

6 – DA DECISÃO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

Do exposto, com base nos argumentos apresentados pela empresa ALLIANZ SEGUROS S/A na impugnação proposta e entendendo que as normas que disciplinam este Pregão devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendido o interesse público, sem o comprometimento da segurança da contratação, conduta que norteia a fase de habilitação.

Entendendo ainda, que a interpretação das regras do edital não devem ser restritivas, para fim de não permitir prejuízos à administração e aos interessados no certame, sendo de interesse da Administração, o comparecimento de maior número possível de participantes, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo. O Superintendente de Orçamento e Finanças, após análise dos argumentos apresentados pela empresa ALLIANZ SEGUROS S/A, dentro de suas atribuições **DECIDE:**

- 1- JULGAR IMPROCEDENTE** a impugnação proposta pela empresa ALLIANZ SEGUROS S/A;
- 2- MANTER A DATA** estabelecida para a realização do certame;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

3- NÃO ALTERAR O EDITAL, no que se refere à inclusão das informações complementares solicitadas.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2013.


PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA
Superintendente de Orçamento e Finanças